

Demonstrações Contábeis

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

31 de dezembro de 2016 e 2015

Com Relatório dos Auditores Independentes

24/maio/2017

Aos conselheiros (as) e administradores (as) do

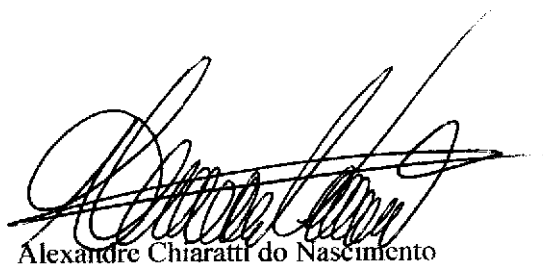
CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 do CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

Atenciosamente,



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2016 e 2015

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES	4-6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11



CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ. : 04.862.253/0001-25

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos*Auditoria do período anterior*

As demonstrações contábeis do **CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de novembro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar



suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

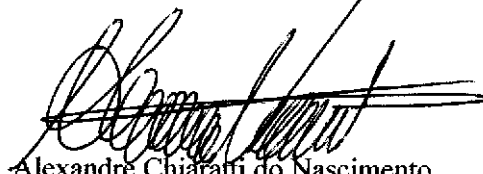
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 24 de maio de 2017

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3



Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

ME

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL -- FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 - 25

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas explicativas		Notas explicativas	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	585.364,70	371.302,67	39.439,51
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	4	666.881,93	115.339,32	-
Créditos a receber	5	69.211,53	61.979,10	-
Recursos de projetos a receber	6	19.000,00	19.339,12	115.339,32
Total do ativo circulante		1.340.458,16	567.960,21	154.778,83
Ativo não circulante				
<i>Realizável a longo prazo</i>				
Investimentos financeiros vinculados	7	200.000,00	187.400,36	661.062,54
Imobilizado (-) depreciação acumulada	8	37.312,10	60.480,80	-
Total do ativo não circulante		237.312,10	247.881,16	661.062,54
Total do ativo		1.577.770,26	815.841,37	815.841,37
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	9	113.418,67	1.444,00	-
Obrigações tributárias		2.847,00	-	-
Fornecedores		666.881,93	-	-
Fundos de projetos a aplicar (com restrição)	10	-	-	115.339,32
Total do passivo circulante		784.591,60	154.778,83	115.339,32
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	11	793.178,66	661.062,54	661.062,54
Total do patrimônio social		793.178,66	661.062,54	661.062,54
Total do passivo e patrimônio líquido		1.577.770,26	815.841,37	815.841,37

Maureen Kayna Lima Alves
Presidente

Ricardo Kolndorfer
Contador
CRC ISP 175741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

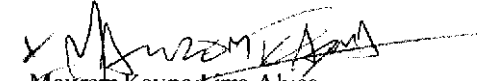
CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

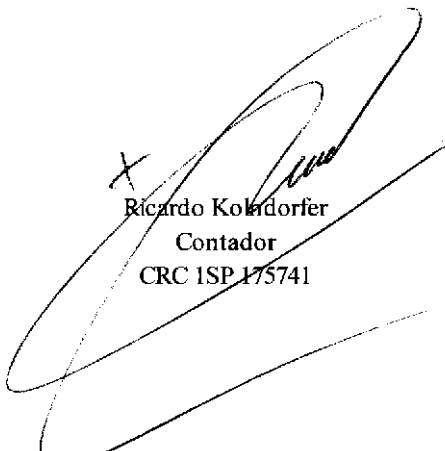
CNPJ 04.862.253/0001 – 25

Demonstração de resultado do período – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas explicativas	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	12	2.104.032,40	2.012.047,69
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	13	(1.105.619,80)	(842.207,91)
Despesas de atividades	14	(524.782,26)	(539.970,18)
Despesas administrativas e gerais	15	(355.794,67)	(228.459,44)
Despesas tributárias		(25.650,61)	(28.181,17)
Trabalho voluntário		(22.800,00)	(22.800,00)
Depreciação		(28.220,82)	(6.888,26)
		<u>(2.062.868,16)</u>	<u>(1.668.506,96)</u>
Resultado financeiro líquido	16	90.951,88	31.404,82
Superávit do período		<u><u>132.116,12</u></u>	<u><u>374.945,55</u></u>


Mauren Kayna Lima Alves
Presidente


Ricardo Koldorfer
Contador
CRC ISP 175741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

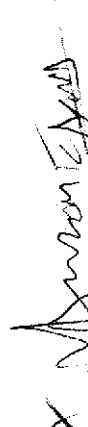
CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

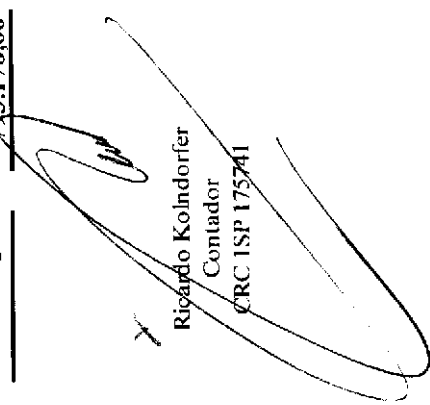
CNPJ 04.862.253/0001 – 25

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>225.073,05</u>	<u>61.043,94</u>	<u>286.116,99</u>
Transferência do superávit acumulado para o patrimônio social	61.043,94	(61.043,94)	-
Superávit do período	374.945,55	374.945,55	374.945,55
Transferência do superávit do período para o patrimônio social	374.945,55	(374.945,55)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>661.062,54</u>	<u>-</u>	<u>661.062,54</u>
Superávit do período	132.116,12	132.116,12	132.116,12
Transferência do superávit do período para o patrimônio social	132.116,12	(132.116,12)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>793.178,66</u>	<u>-</u>	<u>793.178,66</u>

X 
Maurem Kayna Lima Alves
Presidente

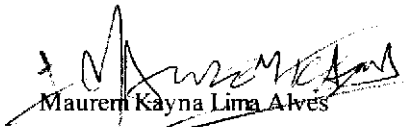
X 
Ricardo Kolindorfer
Contador
CRC ISP 175741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

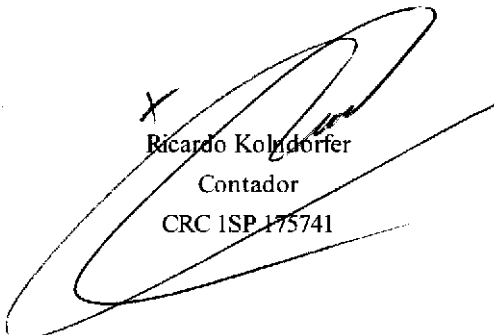
CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL
CNPJ 04.862.253/0001 – 25
Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atividades operacionais;		
(Déficit)/Superávit do período	132.116,12	374.945,55
(Receitas) despesas que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	28.220,82	6.888,26
Resultado líquido de baixa de bens	109,90	-
Variações em contas do ativo		
Recursos de projetos	339,12	(19.339,12)
Créditos à receber	(7.232,43)	(24.288,66)
Variações em contas do passivo		
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	73.979,16	22.607,14
Obrigações tributárias	1.444,00	-
Fornecedores	2.847,00	-
Fundos de projetos a aplicar	551.542,61	(126.111,22)
Parcelamento de tributos	-	(13.180,99)
Caixa gerado nas atividades operacionais	783.366,30	221.520,96
Atividades de Investimentos:		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(5.162,02)	(12.922,59)
Aplicações a longo prazo	(12.599,64)	(187.400,36)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(17.761,66)	(200.322,95)
Caixa gerado nas atividades	765.604,64	21.198,01
Saldo de caixa em 1º de janeiro	486.641,99	465.443,98
Saldo de caixa em 31 de dezembro (Nota 4)	1.252.246,63	486.641,99
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>765.604,64</u>	<u>21.198,01</u>



Mauren Kayna Lima Alves
Presidente



Ricardo Koldorfer
Contador
CRC ISP 175741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

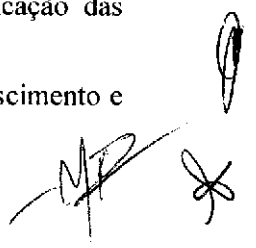
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

1. Contexto operacional

O **CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL** é uma entidade civil de direito privado, âmbito nacional sem fins econômicos, de natureza científica, ambiental social, cultural assistencial, com prazo de duração indeterminado, possui sede e foro na Cidade de São de Paulo - SP à Rua Luis Coelho, 320, conjunto 82 e tendo o CNPJ de número 04.862.253/0001 – 25.

O **CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL** tem por objetivo social divulgar, promover e implementar a certificação florestal voluntária do FSC (Forest Stewardship Council / Conselho de Manejo Florestal) no Brasil, visando ao desenvolvimento sustentável, a conservação do meio ambiente e a adequada utilização dos recursos naturais do País, mediante:

- I. a promoção de um manejo adequado de florestas, que baseado em princípios e critérios de certificação internacionalmente reconhecidos, seja ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável;
- II. a promoção e divulgação do sistema de certificação florestal em nível nacional;
- III. a promoção da adaptação dos princípios e critérios internacionais de certificação florestal do FSC, a realidade nacional;
- IV. a implementação de mecanismos e critérios que visem garantir a credibilidade do sistema FSC de certificação florestal, em nível nacional e internacional, de forma a obter o reconhecimento de organizações similares relacionadas com normas de certificação florestal voluntárias no Brasil e no exterior;
- V. o zelo no cumprimento e na aplicação das normas de certificação florestal, de acordo com sua padronização em nível regional e/ou nacional;
- VI. a atuação na resolução de conflitos de interpretação das normas de certificação florestal voluntária, proporcionando mecanismos para resolução de disputas e participação nas decisões pertinentes, de acordo com as regras do FSC A.C.;
- VII. a atuação perante o Poder Público e a sociedade civil no que tange a certificação florestal voluntária;
- VIII. a promoção da conscientização da sociedade para a necessidade da certificação das florestas
- IX. o estímulo, o reconhecimento e a valorização das iniciativas que visem ao crescimento e ao desenvolvimento sustentável; e



CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

- X. promover a capacitação profissional na área da certificação florestal, realizando cursos, palestras, workshops e outras atividades afins.

2. Formalidades da escrituração contábil

O **FSC BRASIL** mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos conforme ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1409/12 de 21 de setembro de 2012 e alterações constantes da ITG 2002(R1) de 21 de agosto de 2015, NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas Empresas aprovada pela Resolução CFC 1.255/09 de 10 de dezembro de 2009 e demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do **FSC BRASIL**.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

c) Apuração do resultado (superávit)

O registro de receitas e despesas é efetuado por regime de competência. Os valores aplicados nos projetos das entidades financiadoras são transferidos mensalmente do passivo circulante para as contas de resultado.

Para os projetos cujos recebimentos de entidades financiadoras tenham realização de gastos anteriores ao ingresso dos recursos contratados, os valores referentes aos dispêndios antecipados são mantidos no ativo circulante.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do **FSC BRASIL** e seu custo/valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o **FSC BRASIL** possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são classificados como não circulantes.

e) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas Empresas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do **FSC BRASIL** no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas explicativas, quando necessário.

Para as estimativas e premissas com relação ao futuro, o **FSC BRASIL** baseia-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão idênticas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas nas notas explicativas.

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, quando tais valores são significativos para as demonstrações financeiras.

g) Provisões trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

h) Adiantamentos de projetos e convênios

Os valores referentes a adiantamentos de projetos e convênios estão relacionados a valores recebidos de entidades nacionais e/ou internacionais e utilizados nas atividades da entidade. Tais valores serão aplicados nos projetos específicos nos exercícios subsequentes.

i) Demais direitos e obrigações

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e/ou recebimento, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. O resultado do ajuste a valor presente dos direitos e obrigações circulantes não teve reflexo relevante, motivo pelo qual não houve registro a esse título nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, conforme requerido pela Lei nº 11.638/07.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não excedendo ao valor de mercado.

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

k) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8.

l) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço ou cumprimento de metas dos projetos firmados com patrocinadores locais e/ou internacionais ou com entidades governamentais.

O **FSC BRASIL** reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da entidade.

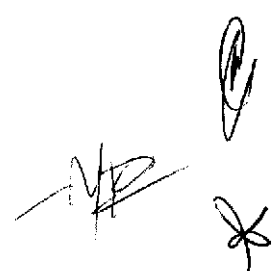
As receitas com projetos são reconhecidas conforme a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07. O registro obedece a base sistemática ao valor do gasto com o projeto, ou seja, a receita é reconhecida na mesma proporção das despesas com a execução do projeto, dessa forma não há resultado com essa operação.

m) Recursos com restrição e sem restrição: Em atendimento a resolução do CFC N° 1.409, a demonstrações contábeis foram segregadas em recursos “com restrição” e “sem restrição”. Os recursos “sem restrição” referem-se a valores de livre transação, originários de Prestação de Serviço e de Projetos sem vinculação, já os recursos “com restrição” são oriundos de contratos firmados com Projeto, devendo obedecer aos dispositivos contratuais e legais e são exigidas prestações de contas dos valores recebidos.

n) Demonstração do fluxo de caixa: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC N° 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC N°. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

p) Demonstração de resultado abrangente: No exercício de 2016, não houveram resultados abrangentes, devido a esse fato a administração do FSC Brasil, não divulga essa demonstração.



CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

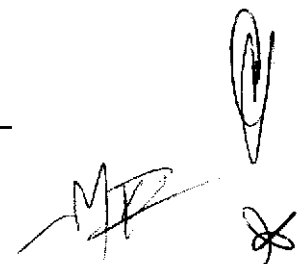
4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
<i>Sem restrição</i>		
Caixa	1.485,00	1.393,00
Depósitos Bancários a vista	8.612,35	448,64
	<u>10.097,35</u>	<u>1.841,64</u>
<i>Aplicações financeiras:</i>		
Certificado de depósito bancário-CDB	575.267,35	369.461,03
	<u>585.364,70</u>	<u>371.302,67</u>
<i>Com restrição</i>		
Depósitos Bancários a vista	6.130,64	10.039,94
<i>Aplicações financeiras:</i>		
Certificado de depósito bancário-CDB	660.751,29	105.299,38
	<u>666.881,93</u>	<u>115.339,32</u>

Os certificados de depósito bancário-CDBs, são emitidos por instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração entre 85% e 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário-CDI. A Administração da Entidade entende que o montante de caixa e equivalentes de caixa são suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo, bem como os recursos são de livre movimentação, não havendo restrições para sua utilização

5. Créditos a receber

	2016	2015
Adiantamentos de Salário	31.101,01	-
Adiantamento para Atividades	5.631,66	13.465,87
Eventos e reuniões á reembolsar	11.883,86	27.918,23
Depósitos caução	20.595,00	20.595,00
	<u>69.211,53</u>	<u>61.979,10</u>



CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

6. Recursos de projetos a receber

O saldo de recursos de projetos a receber se constitui de despesas efetuadas pelo *FSC BRASIL*, ainda não reembolsadas pelos financiadores dos projetos.

	2016	2015
Recursos Proj. Derrogação Nac. Química (IPEF)	-	19.339,12
Recursos Proj. Programa de cursos	19.000,00	-
	<u>19.000,00</u>	<u>19.339,12</u>

7. Investimentos financeiros vinculados

	2016	2015
Investimentos financeiros vinculados	200.000,00	187.400,36

Os investimentos financeiros vinculados referem-se a recursos de livre movimentação para constituição de fundo para a liquidação de eventuais demissões de empregados ou outros eventos não previstos pela Administração da entidade. Os recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDB, em instituição financeira de primeira linha às taxas de 85% a 100% do CDI.

8. Imobilizado
a. Composição dos saldos:

	Taxa de depreciação anual (%)	2016		2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e Periféricos	20	20.249,62	(12.332,31)	7.917,31	12.320,36
Móveis e Utensílios	10	40.608,71	(11.213,92)	29.394,79	25.820,31
Benefitória em imóveis de terceiros	4	25.561,13	(25.561,13)	-	22.340,13
Total		<u>86.419,46</u>	<u>(49.107,36)</u>	<u>37.312,10</u>	<u>60.480,80</u>

b. Movimentação do custo

	2015	2016		Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Computadores e Periféricos	17.750,66	2.608,86	(109,90)	20.249,62
Móveis e Utensílios	38.055,55	2.553,16	-	40.608,71
Benefitória em imóveis de terceiros	25.561,13	-	-	25.561,13
Total	<u>81.367,34</u>	<u>5.162,02</u>	<u>(109,90)</u>	<u>86.419,46</u>

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

9. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2016	2015
Provisão de férias e encargos	113.418,67	39.439,51

10. Fundos de projetos a aplicar:

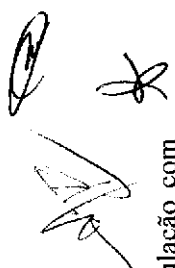
	2016				Sem restrição		Total Geral
	Saldo Inicial	Valor recebido	Com restrição Valor a receber	Valor Gasto (Nota 10.1)	Saldo à aplicar	Saldo à aplicar	
Padrões	-	528.352,00	-	(352.855,75)	175.496,25	84.929,55	260.425,80
Resolução de conflitos Programa Amazônia	22.788,89	33.820,00	-	(56.608,89)	-	44.915,12	44.915,12
Derrogação Nacional de Quinicos	-	101.550,00	-	(65.352,84)	36.197,16	33.286,45	69.483,61
Comunicação Institucional	-	71.131,21	-	(47.042,84)	24.088,37	-	24.088,37
Centro de referência FSC	-	88.698,58	-	(40.188,35)	48.510,23	44.218,22	92.728,45
Mercado Key Account	-	4.728,41	-	(557,96)	4.170,45	-	4.170,45
Madeira Controlada	58.417,00	171.609,81	-	(42.249,53)	187.777,28	46.276,26	234.053,54
Campanha de Comunicação Florestas p/ Todos p/ Sempre	29.133,43	136.731,57	-	(45.222,81)	120.642,19	30.000,00	150.642,19
Programa de curso	5.000,00	65.000,00	-	-	70.000,00	-	70.000,00
	115.339,32	1.220.828,80	19.000,00	(33.177,80)	666.881,93	283.625,60	950.507,53

10.1 Saldo à aplicar em projetos – com restrição

São valores de aplicação restrita que devem respeitar as condições pré-estabelecidas e aplicados restritamente em projetos.

10.1 Saldo à aplicar em projetos – sem restrição

São valores destinados espontaneamente pela administração do FSC Brasil para aplicação em projetos. Esses valores não possuem vinculação com terceiros e não são de aplicação restrita.



CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

11. Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits ou reduzido pelos déficits, que são apurados anualmente desde a data de sua constituição.

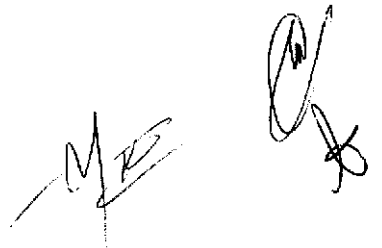
As receitas geradas pelo CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1.

Conforme estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir quaisquer parcelas de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação oriundas do seu superávit. Dessa forma, o resultado do período é integralmente incorporado ao Patrimônio Social.

O Conselho Diretor, atendendo ao disposto na ITG 2002 (R1), de 21 de agosto de 2009, parágrafo 15 que destaca que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

12. Receita operacional líquida

Demonstramos a seguir o desdobramento da receita operacional líquida, assim como o descritivo das principais receitas reconhecidas no exercício de 2016:



CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

	Notas explicativas	2016	2015
Recursos de projetos			
<u>Internacionais</u>			
Resolução de conflitos	12.1	56.608,89	33.941,65
Derrogação nacional de químicos	12.2	26.481,96	-
Programa Amazônia	12.3	65.352,84	12.641,86
Centro de referência FSC	12.4	557,96	-
Padrões Nacionais	12.5	352.855,75	90.555,02
Mercado e Key account	12.6	42.249,53	6.614,55
Madeira controlada	12.7	45.222,81	-
Comunicação institucional	12.8	40.188,35	-
Cooperation agreement 14	12.11	-	275.522,83
Cooperation agreement 15	12.11	349.520,93	1.154.573,73
Cooperation agreement 16	12.11	676.041,39	-
Total de projetos internacionais		1.655.080,41	1.573.849,64
<u>Nacionais</u>			
Akzo Nobel Ltda (Comunicação Institucional)	12.8	-	34.700,00
IPEF (Derrogação nacional de químicos)	12.2	20.560,88	-
IPEF (Padrões Nacionais)	12.5	-	112.439,12
Programa de cursos	12.9	40.140,42	90.192,75
Total de projetos nacionais		60.701,30	237.331,87
Total de receita de projetos		1.715.781,71	1.811.181,51
Recursos próprios			
Recursos Próprios		5.919,61	211,36
Total de recursos próprios		5.919,61	211,36
Recursos de projetos destinação livre			
TSP	12.10	10.330,68	11.418,12
Total de recursos de projetos destinação livre		10.330,68	11.418,12
Contribuições de associados			
<u>Internacionais</u>			
Contribuições de associados		324.586,81	159.457,22
<u>Nacionais</u>			
Contribuições de associados		25.873,59	6.979,48
Total de Contribuições de associados		350.460,40	166.436,70
Receita de trabalho voluntário	12.12	22.800,00	22.800,00
(-) Deduções			
Iss s/ faturamento		(500,00)	-
Cofins s/ faturamento		(760,00)	-
Total de (-) Deduções		(1.260,00)	-
Total da receita líquida operacional		2.104.032,40	2.012.047,69

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

12.1 Projeto – Resolução de conflitos

Ações direcionadas para promover a resolução de conflitos sobre possíveis violações de Princípios e Critérios do FSC. A área de resolução de conflitos do FSC Brasil recebe e encaminha de acordo com protocolo próprio qualquer reclamação sobre o sistema FSC no Brasil.

12.2 Projeto – Derrogação nacional de químicos

Em resposta à solicitação dos membros do FSC foi criada um Grupo Consultivo Nacional de Manejo Integrado de Pragas. Este grupo, coordenado pelo FSC Brasil, recebe e avalia os pedidos de autorização temporária de uso de pesticidas consideração altamente perigosos para o FSC por parte de organização certificadas.

12.3 Projeto – Programa Amazonia

Ações voltadas para o fortalecimento do manejo florestal responsável na região Amazônica.

12.4 Projeto – Centro de referência FSC

Criação de um centro de referência para difusão de conceitos relacionados à certificação florestal.

12.5 Projeto – Padrões

Desenvolvimento de normas de certificação florestal de acordo com o contexto nacional, baseadas em Princípios e Critérios universalmente aplicáveis.

12.6 Projeto – Mercado e Key Account

Ações direcionadas ao desenvolvimento do mercado de produtos florestais certificados no Brasil.

12.7 Projeto – Madeira controlada

Desenvolvimento de ações para balizar o consumo de madeira de origem controlada, evitando assim o consumo de madeira de fontes inaceitáveis no processo produtivo.

12.8 Projeto – Comunicação institucional

Difundir e promover os conceitos relacionados à certificação florestal para a sociedade brasileira.

12.9 Projeto – Programa de cursos

Este projeto, de iniciativa do FSC BRASIL desde 2014, tem como objetivo difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras, por meio de um programa próprio de cursos, que oferecesse ao público brasileiro a oportunidade de conhecer e se aprofundar no

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

sistema FSC BRASIL a partir dele mesmo, garantindo um conteúdo qualificado, 100% atualizado e integrado ao dia a dia do FSC no Brasil e no mundo, em cursos abertos (planejados de acordo com calendário anual) e cursos in company, a serem contratados por associados FSC BRASIL.

12.10 TSP

Promove o correto uso das marcas registradas FSC por organizações não-certificáveis e que visam difundir o manejo florestal responsável certificado no Brasil.

12.11 Cooperation agreement

Acordo de cooperacao estabelecido entre FSC BRASIL e FSC Internacional para regulamentar as condições de representação nacional do sistema FSC pelo FSC BRASIL, envolvendo aspectos jurídicos, administrativos e financeiros. Por meio deste acordo o FSC IC regulamenta o repasse anual de parte dos recursos recebidos por meio das certificações FSC realizadas no território brasileiro, e, monitora os resultados técnicos obtidos por cada escritório no exercício das atividades de seu plano de trabalho.

12.12 Trabalho voluntário

Reconhecimento da participação dos conselheiros diretores como trabalho voluntário com base na legislação das normas brasileiras de contabilidade ITG 2002 entidade sem finalidade de lucros.

Os voluntários participaram de quatro (4) reuniões, sendo assim foi contabilizado um total de 152 horas destinadas pelos conselheiros em reuniões presenciais, que totalizam R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) considerando o valor hora de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) que é a base paga pelo FSC aos seus consultores."

13. Despesa com pessoal

	2016	2015
Salário e Férias	584.088,51	601.796,32
Vale refeição	64.549,20	45.899,00
Seguro Saúde	65.854,60	17.613,91
INSS	175.025,82	91.517,64
FGTS	53.218,34	27.704,87
PIS	6.690,03	3.253,52
Provisão de Férias	92.153,57	25.412,68
13º Salário	50.616,24	23.849,78
Exame admissional/ demissional	80,00	160
Cursos	4.650,00	4.425,53
Estagiários	-	574,66
Outras despesas	8.693,49	-
	1.105.619,80	842.207,91

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

14. Despesa de atividades

Despesa	2016			2015			Total Geral	Total Geral
	Representação	Fortalecimento	Comunicação	Representação	Fortalecimento	Comunicação	2016	2015
Assessoria de Imprensa	-	-	-	-	-	79.063,10	-	79.063,10
Alimentação	12.247,12	34.272,78	-	1.552,17	14.177,95	-	46.519,90	15.730,12
Apoio logístico	200,00	11,40	-	-	-	-	211,40	-
Consultorias	108.114,25	15.430,00	3.576,00	97.850,48	28.390,00	3.756,65	127.120,25	129.997,13
Impressão	-	-	16.874,90	-	-	1.098,95	16.874,90	1.098,95
Hospedagem	9.024,38	49.996,30	-	6.788,36	40.976,54	-	59.020,68	47.764,90
Locação de equipamentos	444,00	1.449,00	-	6.758,85	2.262,00	-	1.893,00	9.020,85
Locação de espaço	11.178,65	6.588,95	-	552,00	-	-	17.767,60	552,00
Materiais	813,50	7.734,80	-	1.764,50	55.872,48	-	8.548,30	57.636,98
Passagens aéreas	29.505,08	140.722,57	-	23.581,89	5.307,94	-	170.227,65	28.889,83
Postagem	-	-	13.539,40	-	-	7.424,79	13.539,40	7.424,79
Produção	-	-	14.874,01	-	-	6.118,14	14.874,01	6.118,14
Relatorias	7.671,05	-	-	1.272,70	111.781,72	-	7.671,05	113.054,42
Reuniões	-	-	1.113,10	-	-	3.017,95	1.113,10	3.017,95
Telefonemas/internet	196,09	110,00	-	14,00	910,70	-	306,09	924,70
Transportes urbanos	5.607,47	30.429,62	-	4.741,99	10.022,46	-	36.037,09	14.764,45
Viagens e hospedagens	-	-	-	-	-	53,70	-	53,70
Vistos e seguros de viagem	136,50	102,30	-	2.148,65	22.709,52	-	238,80	24.858,17
Impostos cursos	-	2.441,50	-	-	-	-	2.441,50	-
	185.138,09	289.289,22	49.977,41	147.025,59	292.411,31	100.533,28	524.404,72	539.970,18

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL
CNPJ 04.862.253/0001 – 25
15. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Despesas de ocupação		
Aluguel e Condomínio	63.562,84	64.192,36
Energia Elétrica	2.160,71	1.498,28
Limpeza do Escritório	10.557,88	9.438,13
Manutenção/Reparos de Bens Móveis	552	2.761,85
Manutenção de Equipamentos	2.059,20	1.040,00
Total de despesas de ocupação	78.892,63	78.930,62
Despesas administrativas e gerais		
Telefone	12.041,12	-
Internet	2.513,57	1.865,62
Postagens	1.168,31	503,90
Cópias, Impressões e Encadernações	1.822,30	4.032,35
Material de Escritório	4.783,04	4.014,97
Materiais de Copa e Cozinha	3.100,47	2.590,21
Despesas e Bens de Pequeno Valor	371,6	3.563,28
Despesas Legais e Judiciais	0	797,56
Registros e Certidões	747,12	1.082,50
Contribuições a Entidades de Classe	4.427,24	2.161,81
Despesas com Transporte	2.985,03	3.237,75
Jornais/Revistas/Periódicos	1.267,41	9,50
Total de despesas administrativas e gerais	35.227,21	23.859,45
Despesas com serviços		
Assessoria contábil	20.395,80	18.753,28
Auditoria	13.000,00	15.000,00
Consultoria jurídica	12.220,15	5.000,00
Traduções	9.946,20	6.928,42
Manutenção de uso do Sistema de informação	13.910,76	6.498,21
Assessoria Contratação de Profissionais	36.272,33	36.989,46
Consultoria Plano de Negócio	55.680,29	36.500,00
Assessoria de Imprensa	79.483,90	-
Registro de Ponto	765,30	-
Total de despesas com serviços	241.674,73	125.669,37
TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	355.794,57	228.459,44

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

16. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de Aplicação Financeira	107.452,41	42.080,30
Descontos financeiros obtidos - Parcelamento INSS	-	2.269,57
Total	107.452,41	44.349,87
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(4.656,51)	(4.213,97)
IOF e Tarifas sobre Câmbios	(11.844,02)	(8.731,08)
Encargos monetários sobre parcelamento de tributos		
Total	(16.500,53)	(12.945,05)
Resultado financeiro líquido	90.951,88	31.404,82

17. Instrumentos financeiros

A entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles.

Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e privados e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

O quadro abaixo apresenta as operações de instrumentos financeiros contratados e/ou firmados com terceiros:

<u>Ativo</u>	2016	2015
Aplicações financeiras		
Curto prazo (nota 4)	1.236.018,64	474.760,41
Longo prazo - investimentos vinculados (nota 7)	200.000,00	187.400,36
Total de aplicações financeiras	1.436.018,64	662.160,77
Recursos de projetos a receber (nota 6)	-	19.339,12
Caução de Aluguel	20.595,00	20.595,00
	1.456.613,64	702.094,89
 <u>Passivo</u>		
Fornecedores	2.874,00	-
Fundos de projetos a aplicar (nota 10)	950.507,53	115.339,32
	953.381,53	115.339,32

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

18. Gestão de riscos

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente, parceiro de projetos ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimentos.

A gestão do risco é avaliada como baixo em face da geração de receita vincular-se, em sua maior parte, ao repasse de recursos de entidades nacionais e internacionais.

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e prazos de pagamento concedidos por fornecedores.

A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a, capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços.

A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem da Entidade.

19. Processos em andamento – Contingências

De acordo com as informações dos assessores jurídicos do **FSC BRASIL**, não existem na data de encerramento das demonstrações financeiras ações judiciais em que a entidade seja ré.

Entretanto a mesma move ação, em tramitação na 41ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo, de restituição de quantia paga cumulada com pedido de indenização por dano moral no valor de R\$11.439,10, em decorrência de aquisição de equipamento de informática adquirido pela entidade e não entregue pela parte contrária.

Estágio Processual: A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando a Ré a nos devolver parte dos valores pagos (referente ao notebook não entregue), mas rejeitando nosso pedido de condenação por danos morais. Entendemos que estava satisfatório e, avaliando o custo/benefício de interpor recurso, resolvemos não recorrer. O Extra também não recorreu e já depositou o valor devido. Estamos aguardando a expedição e guia de levantamento do valor pago pelo Extra, que o juiz já autorizou.

CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL – FSC BRASIL

CNPJ 04.862.253/0001 – 25

20. Imunidade tributária

O FSC Brasil é imune à incidência de impostos por força do artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Características da Imunidade tributária

O FSC Brasil é uma Entidade sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governos) de instituir, nem cobrar tributo.

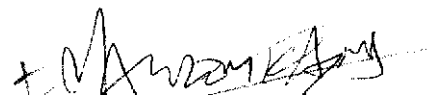
Requisitos para imunidade tributária

A Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

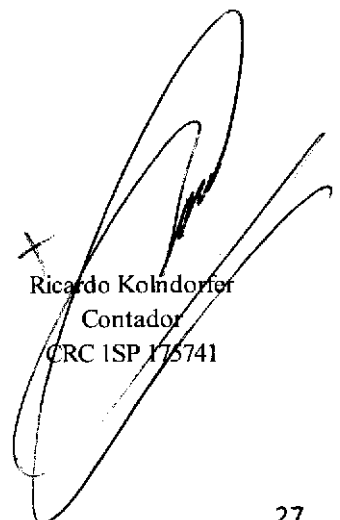
O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Capítulo VI do Estatuto Social);*
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos;*
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.*

São Paulo, 31 de dezembro de 2016



Maureli Kayna Lima Alves
Presidente



Ricardo Kolndorfer
Contador
CRC ISP 175741